



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Administrativo nº 2023/1336 - PMC

Assunto: Pregão Eletrônico SRP nº 006/2023 – CPL/PMC

Trata dos autos de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica pelo sistema de Registro de Preços para aquisição de material de medicamentos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde-SMS do Município de Colares/PA conforme apresentado no termo de referência, e demais anexos integrantes do processo, utilizando como critério de julgamento “**Menor Preço por item**”, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no Edital.

2. DOCUMENTOS ANEXADOS AO PROCESSO

Fase interna.

I. Capa Volume I;

II. Ofício nº 421/2023/SEMED, de 24/05/2023, firmado pela Secretária Municipal de Educação Maria do Carmo Monteiro (Decreto 001/2021) no qual solicita abertura de processo licitatório para registro de preço para aquisição de mobiliário escolar, justificativa fls. 001/ 003;

III - Termo de referência; fls. 0004 a 0008;

IV –relatório de cotação: fls. 00010 a 00078;

VI. Despacho, em 31/05/2023, firmado pela Secretário de Suprimento e Licitação valor estimado para aquisição, valor de R\$-147.935,00 fls. 0018.

VII. Despacho, adequação orçamentária de existência de recursos orçamentários para cobertura de despesas, Autorização de abertura processo licitatório; fls. 00019;

VIII – autorização abertura do processo Licitatório e anexos, minuta do edital e anexos, fls; 00020 a 00054

VIII – DESPACHO enviou a Procuradoria para parecer jurídico quanto a legalidade do instrumento convocatório e anexos., Parecer nº 0085/2023 que, após relatório dos autos e esclarecimentos quanto à natureza jurídica do parecer jurídico (art. 38, VI e parágrafo único da Lei nº 8.666/1993 e art. 8º, IX, do Decreto nº 10.024/2019), passa a análise da modalidade pregão, no formato eletrônico (art. 3º, I, art. 4º, III, art. 8º do Decreto nº 10.024/2019), atestando a regularidade do Termo de Referência, uma vez que tem indicação do objeto de forma precisa, critério de aceitação do objeto e prazos, a justificativa para a contratação do objeto a ser licitado. Após a análise minuciosa do objeto, atestou a modalidade eleita está correta, face à celeridade, por resguardar a ampla competitividade, isonomia e a redução de despesas burocráticas atinentes aos demais procedimentos licitatórios, tendo em vista a celeridade processual. sendo favorável, sem observações, fls. 00055 a ;

IX- Edital, e anexos; fls.

X. Publicação no Diário Oficial do UNIÃO, Diário do Estado do Pará, em 03/07/2023, diário oficial dos Municípios, Jornal Diário do Pará, pag. Economia, portal da transparência site da Prefeitura Municipal de Colares, fls.



- XI – propostas de preços consolidados, fls. ;
- XIII - Termo de Adjudicação fls.
- XIV - vencedores do processo fls.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, a Lei complementar nº 101/2000, e a Lei Municipal nº 041/2005, estabelece as finalidades do Controle Interno, atribuindo a este, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativos, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos a atividades administrativas do Poder Executivo com vista a **verificar a legalidade e legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentária financeira e patrimonial e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia. Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica a realização de despesa, resta demonstrada a competência do controle interno para análise e manifestação.

Neste sentido, cabe ressalva à responsabilidade solidária do Controle Interno, só haverá responsabilização quando conhecendo a ilegalidade ou irregularidade não as informar ao Tribunal de Contas ao qual está vinculado, ferindo assim a atribuição constitucional de apoiar o Controle Externo.

Destaca-se que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, sendo esta atribuição restrita ao gestor.

Assim, em razão do processo licitatório, em análise, implicar em realização de despesas, segue manifestação da Controladoria Interna.

DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2023 - PMC

Esta modalidade de licitação visa à contratação de pessoa jurídica para aquisição de material de medicamentos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde-SMS do Município de Colares /PA estando subordinada às Leis nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 6.555/2000, lei nº 8.078/1990, Código de defesa do Consumidor, Lei nº 8.666/1993, tendo como fase inicial, interna, definida como preparatória da licitação, a mesma disciplina legal das modalidades licitatórias dispostas na Lei nº 8.666/1993. Conclui-se que a referida modalidade licitatória, pregão, objetiva a aquisições de bens comuns e a contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam estar condicionados aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatados da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Verificou-se que as empresas interessadas estão previamente credenciadas no sistema de cadastramento unificado de fornecedores (SICAF) ou no sistema eletrônico provido pela secretaria de logística e tecnologia da informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamentário e Gestão.

Constatou-se que no processo e julgamento da modalidade pregão eletrônico foram observados os seguintes procedimentos: abertura da sessão, em ato público na internet pelo pregoeiro, no dia e horário estabelecido, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, divulgando as propostas recebidas com a participação das empresas especializadas no ramo do objeto, restringindo-se as Microempresas – ME, Empresa e Pequeno Porte – EPP e Equiparados (Cooperativas enquadradas no



art. 34 da Lei 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da LC 123/06.

Nota-se que as empresas habilitadas apresentaram documentos de comprovam a habilitação jurídica (ato constitutivo, e respectivas alterações, devidamente registrado na JUCEPA) e cópia do documento de identidade do titular da empresa individual, estando em consonância com o art. 28, I e III, da Lei nº 8.666/1993).

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

As empresas abaixo, após tramite processuais, foram vencedoras, pois apresentaram o menor preço por item, dentro da previsão orçamentária autorizada. Assim, considerando o Princípio da Economicidade das contratações, o pregoeiro negociou com a empresa, chegando à conclusão do melhor preço por item, estando estes de acordo com a pesquisa mercadológica, e atendidas todas às condições de habilitação.

- 1) **EMUNA COMERCIO DE MOBILIARIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.523.996/0001-90, foi vencedora dos itens:

Item 01, pelo melhor lance de R\$ 430,0000 e a quantidade de 40 Unidade. Item 02 pelo melhor lance de R\$ 178,0000 e a quantidade de 100 Unidade. Item 03 pelo melhor lance de R\$ 178,0000 e a quantidade de 30 Unidade. Item 04 pelo melhor lance de R\$ 430,0000 e a quantidade de 50 Unidade.

Valor Total global Adjudicado e Homologado R\$ 61.840,00 (Sessenta e Um Mil Oitocentos e Quarenta Reais).

Recomenda-se, numeração de paginas, publicações dos atos que ainda não tiverem sido dado a devida publicidades.

Após cumpridas as recomendações, remetam-se os autos a Prefeita, na qualidade de Autoridade Competente para decisão quanto à homologação, bem como para convalidação da decisão. de fls.

Após contratação, anexe-se a Portaria do Fiscal/Gestor do Contrato

Observem-se os termos e prazos Resolução nº 11.535/2014/TCM/PA, com redação dada pelas Resoluções nº 29 e 43/2017/TCMPA.



Para as futuras contratações, recomenda-se à Governança, que tome providências para:

Instituir uma cultura organizacional de planejamento de compras, criando-se um comitê estratégico de compras, e nomeando uma equipe técnica de planejamento, para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referências;

Conforme preleciona o Acórdão nº 415/2013-TCU-Plenário, regulamente e discipline a segregação de funções nos setores que desempenham as atribuições inerentes às licitações e contratos, com efetiva delegação as atribuições, de forma a minimizar a possibilidade de desvios e fraudes;

Ao Diretor do Departamento de Licitação e Contrato, ou a quem for atribuída a função, elabore memória de cálculo das estimativas de preços considerando uma cesta de preços, levando-se em consideração a pesquisa de mercado e os preços praticados pelas Administrações Públicas;

CONCLUSÃO

O papel da Controladoria Interna é gerar informações para a tomada de decisão da Autoridade Competente, auxiliando-a na gestão de riscos, neste caso, como segunda linha de defesa. Logo, a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar posicionamento contrário ou diverso daquele emanado por esta Controladoria Interna.

Dessa forma, verificou-se a contratação das propostas mais vantajosa para administração pública, estando o procedimento em curso em conformidade com a legislação, vigente, e apto ao prosseguimento às demais etapas.

o Parecer. SMJ

Encaminha-se os autos à Comissão Permanente de Licitação, para observação das recomendações e prosseguimento no feito.

Colares/PA, 17 de julho de 2023.

WILZA MENDES DA SILVA
Coordenadora Geral do Controle Interno – PMC
DEC. 001/2021